



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007522-90.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Mailys Cristina Ferraz Ranzatti São Carlos Me**  
 Requerido: **Inside Cosméticos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Mailys Cristina Ferraz Ranzatti São Carlos Me propôs a presente ação contra a ré Inside Cosméticos Ltda, pedindo: a) seja mantida a determinação da sustação do protesto; b) condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais e materiais, em valor não inferior a vinte (20) vezes o valor protestado.

A ré foi citada pessoalmente na pessoa de seus sócios às folhas 74/75, não oferecendo resposta (folhas 76), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, II, do Código de Processo Civil.

A revelia, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, faz presumir verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

A autora requereu a condenação da ré no pagamento de indenização por danos materiais e morais.

Todavia, não demonstrou em que consistiram os danos materiais, que devem ser comprovados por meio de documentos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Por outro lado, não há como impor à autora a prova negativa de que não adquiriu os produtos que justificassem a emissão da duplicata mercantil por indicação, como pretende a ré, uma vez que compete ao credor comprovar o seu crédito.

A duplicata mercantil, como já dito, é o saque do empresário contra o comprador de mercadorias a prazo. O título foi levado a protesto pelo Banco Bradesco S/A por endosso da ré Inside Cosméticos Ltda.

A duplicata sem aceite, por documentar um crédito decorrente de compra e venda mercantil ou prestação de serviços, deve ser acompanhada do comprovante da entrega da mercadoria ou da prova da prestação do serviço, sob pena de ser declarada nula.

A autora nega ter qualquer relação comercial com a ré que justifique a emissão de duplicata mercantil por indicação.

Com efeito, diante da revelia, presumem-se verdadeiros os fatos afirmados pela autora, de que não manteve qualquer relação comercial com aquela, que justificasse a emissão do título.

Desse modo, ante a falta de documento que comprove a entrega da mercadoria, de rigor a declaração de inexistência do débito, que corresponde ao pedido de manutenção da sustação do protesto.

Também de rigor a procedência do pedido de indenização por danos morais, tendo em vista o indevido apontamento do nome da autora junto ao cartório de protesto. Trata-se do *damnum in re ipsa*.

**Nesse sentido:**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

1004444-80.2015.8.26.0019 APELAÇÃO - Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenização por dano moral precedida de medida cautelar de sustação de protesto - Ação julgada procedente - Duplicata mercantil - Título "sem aceite" desacompanhado de prova da efetiva prestação de serviços pela ré e em flagrante contrariedade à cláusula do contrato celebrado entre as partes – Artigo 333, II, do CPC/1973 então vigente - Incerteza do título reconhecida - Protesto indevido - Dano moral caracterizado - Valor mantido - Sentença de procedência confirmada - Recurso desprovido. (Relator(a): Irineu Fava; Comarca: Americana; Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 13/10/2016; Data de registro: 13/10/2016).

0014956-81.2011.8.26.0019 Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenizatória por danos morais – Protesto de duplicata mercantil sem causa subjacente – Sentença de parcial procedência declarando inexigível o débito e condenando a ré no pagamento de danos morais – Recurso da ré insurgindo-se apenas quanto a condenação dos danos morais – Reconhecida a inexigibilidade das duplicatas, os danos morais se comprovam com o simples protesto indevido (damnum in re ipsa) – Valor da indenização arbitrado em consonância com os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, não comportando redução – Recurso negado. Sucumbência – Havendo sucumbência recíproca, custas e despesas processuais devem ser igualmente custeadas pelas partes, arcando cada parte com os honorários de seus respectivos patronos – Inteligência do art. 21 do CPC/73 – Recurso provido. Recurso provido em parte. (Relator(a): Francisco Giaquinto; Comarca: Americana; Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 07/10/2016; Data de registro: 07/10/2016)

Considerando-se a condição econômica das partes e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 12.000,00, valor este que observa os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data do protesto.

Diante do exposto, acolho, na maior parte, os pedidos, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: (i) declarar inexistente o débito constante do título nº 1501B, número do documento 318952 – 14/07/2015 - 30, levado a protesto junto ao 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos, no valor de R\$ 2.287,50, tornando definitiva a liminar concedida; (ii) condenar a ré no pagamento de indenização em favor da autora, a título de danos morais, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, nos termos da fundamentação supra.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sucumbente na maior parte, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 17 de outubro de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**